

Censura e autoritarismo: mais de 100 violações de Bolsonaro contra a liberdade de expressão

20/10/2022

2ª edição do relatório da Campanha Calar Jamais!, da FNDC, traz um panorama das violações à liberdade de expressão ocorridas no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro.



Na semana do Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, celebrado nesta segunda-feira (17), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) lançou, nesta quinta-feira (20), a segunda edição do relatório da **Campanha Calar Jamais!**, que traz um panorama das violações à liberdade de expressão ocorridas no Brasil entre junho de 2019 e fevereiro de 2022, ou seja, desde o segundo semestre do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) até o início deste ano.

Ao todo, são apontadas 110 denúncias contra jornalistas, comunicadores sociais, artistas, manifestações sociais e organizações políticas que demonstram a escala autoritária no país e que tenta calar os opositores do autoritarismo.

[Confira aqui](#) a íntegra do relatório

As denúncias são divididas em oito categorias: violações contra jornalistas, comunicadores sociais, veículos e meios de comunicação; censura a manifestações artísticas; cerceamento a servidores públicos; repressão a protestos, manifestações sociais e organizações políticas; repressão e censura a instituições de ensino; desmonte da comunicação pública; discriminação contra grupos oprimidos; e crimes contra a saúde pública.

“A violação à liberdade de expressão foi institucionalizada no país à medida em que o presidente da República, Jair Bolsonaro, é o principal porta voz da violência, da agressividade contra qualquer profissional (jornalista, comunicador, artista, professor), veículo de comunicação, grupo artístico-cultural, instituição educacional que expresse uma visão de país e mundo distinta a sua e a de seu governo”, afirma o FNDC.

Jornalistas, comunicadores sociais, veículos e meios de comunicação foram as maiores vítimas de censura, com 54 denúncias no relatório. São apontados 14 atos de censura envolvendo manifestações artísticas e protestos; e 13 ações contra manifestações sociais e organizações políticas.

Dentre os casos elencados no relatório, 61,3% (68 casos) tiveram como agentes cerceadores órgãos ou agentes públicos. O presidente da República FNDC é responsável por outros sete casos (6,3%), totalizando

67,6% denúncias de cerceamento da liberdade de expressão protagonizadas pelo Estado brasileiro.

“A institucionalização da violação a esse direito, e sua quase legitimação por parte daqueles que deveriam defendê-lo, pode inclusive estimular apoiadores do atual governo e de grupos de extrema direita a promover violência”, destaca o relatório.

Via CUT

Compartilhe nas redes: